

Boletim

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 21 – Dezembro/2015

Após a realização da Plenária e divulgação das ações da [Enccla 2016](#), é hora de organizar os trabalhos. Os coordenadores das ações já estão definidos e as primeiras reuniões acontecem a partir de fevereiro. Entre as ações definidas, destacam-se os temas referentes a avaliar a transparência nos poderes Legislativo, Judiciário, nos Ministério Público e nos tribunais de Contas; fomentar a participação social por meio de instrumentos de transparência; diagnosticar e propor melhorias no sistema de proteção e incentivo ao denunciante; aprimorar regras de sigilo bancário e fiscal.

No último dia 9 de dezembro foi comemorado o Dia Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro. Eventos da Controladoria-Geral da União (CGU) e dos Ministérios da Justiça (MJ), do Planejamento (MP) e do Ministério Público Federal (MPF) marcaram a data. CGU e MJ lançaram o portal www.todosjuntoscontracorrupcao.gov.br que lista as ações de combate à corrupção, conforme os três eixos da Enccla – prevenção, detecção e punição – e conclama a todos a participar das ações e da divulgação do trabalho. No MP, foi lançada nova a funcionalidade criada no Sistema de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) que identificará municípios brasileiros com irregularidades referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a fim de impedir de receber recursos da União provenientes de transferências voluntárias até que sua situação esteja regular. Já o MPF, anunciou os resultados alcançados em 2015, com ênfase no *Ranking da Transparência*, nas *10 Medidas Contra a Corrupção*, além de premiar redações do concurso ‘Corrupção, não!’, realizado em escolas do país. O ranking é concebido a partir da Métrica Enccla, um dos produtos da Ação 4/2015 – que foi o destaque na última edição da Plenária da Enccla.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a todos pelo trabalho articulado que nos possibilitou alcançar os êxitos de 2015. Que 2016 nos traga muitas conquistas e realizações.

Conheça e acompanhe as [Ações da Enccla 2016](#).

Secretaria Executiva

The logo for ENCCLA, featuring the word 'ENCCLA' in a stylized, white, sans-serif font on a dark blue rectangular background.

Matérias

AGU – Advocacia-Geral da União

Conheça duas novas iniciativas da AGU para combater a corrupção

09/12/2015 - Celebrado nesta quarta-feira (09/12), o Dia Internacional de Combate à Corrupção é considerado um grande avanço na conscientização sobre a importância de enfrentar a prática de atos ilícitos. No âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU), a data também marca o lançamento de duas novas iniciativas da instituição na área: a criação do Laboratório de Recuperação de Ativos (Labra) e a elaboração de um diagnóstico sobre como as diversas instituições da advocacia -pública do país lidam com o tema.

O Labra tem como objetivo reforçar a defesa do patrimônio público e o combate à corrupção, à improbidade administrativa e à malversação na aplicação de verbas federais por meio da implantação de um setor especializado em atuar em casos grandes e complexos. O foco da unidade, que será formada por uma equipe de advogados da União, será a localização e identificação de bens de corruptos.

Encontrar bens com os quais os cofres públicos podem ser ressarcidos pelos prejuízos causados por atos ilícitos é um dos maiores obstáculos do combate à corrupção, já que indivíduos e organizações criminosas costumam ocultá-los e utilizar pessoas e empresas "laranjas" durante a prática das irregularidades.

Para atingir seus objetivos, o Labra aposta no uso inovador de ferramentas de tecnologia, administração e estatística. A unidade também investirá na análise cuidadosa de informações sigilosas e no estabelecimento de parcerias com outros órgãos públicos e instituições particulares que realizem atividades semelhantes.

O laboratório é considerado uma evolução do Grupo Permanente de Atuação Proativa do Departamento de Patrimônio e Probidade da Procuradoria-Geral da União (DPP/PGU), que em 2011 ganhou o prêmio Innovare, na categoria especial, pelo trabalho de combate a organizações criminosas. "Este sempre foi um projeto prioritário da PGU, seja pela finalidade precípua a que se destina, de promover a recuperação de ativos, seja também em razão da análise de custo-benefício, já que as atividades que serão realizadas no laboratório permitirão otimizar e orientar o trabalho das diversas procuradorias em casos de maior relevância econômica ou social, com incremento da arrecadação de recursos para o erário federal", explica o procurador-geral da União, Paulo Kuhn.

Modelos de atuação

Já a produção de um diagnóstico sobre como as instituições da advocacia pública do país enfrentam a corrupção foi acertada durante o encontro anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), fórum que reúne órgãos públicos e entidades privadas com o objetivo de coordenar e sistematizar as ações de prevenção e combate aos atos ilícitos.

A ideia da ação, que será coordenada pela AGU, é apresentar um estudo detalhado dos modelos de atuação existentes no país, produzir orientações para atuações conjuntas com o Ministério Público e estabelecer uma agenda de reuniões entre as advocacias e procuradorias dos entes da federação. "A finalidade é fortalecer a atuação proativa da advocacia pública nos temas disciplinares, de combate à corrupção e à improbidade administrativa, de defesa do patrimônio público e de recuperação de ativos, ajudando a criar grupos especializados nos entes federativos e, em última análise, contribuindo para a consecução desta política pública tão cara para a sociedade brasileira", detalha o diretor do DPP, Renato Dantas.

A medida foi proposta pela Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. "O modelo de atuação especializado e

concentrado foi adotado na capital paulista e vem conseguindo sucessivas vitórias no combate preventivo e repressivo à corrupção, em especial na atuação em juízo na defesa das penalidades administrativas aplicadas, no ajuizamento das ações de improbidade, no acompanhamento da persecução penal, na atuação no bojo de ações populares fundadas em corrupção e na recuperação de ativos", conclui Ricardo Ferrari, diretor do Departamento de Procedimentos Disciplinares da procuradoria paulistana.

Raphael Bruno /AGU

AGU – Advocacia-Geral da União

MP agiliza acordos de leniência e aperfeiçoa ações da AGU no combate à corrupção

18/12/2015 O aperfeiçoamento da legislação para agilizar acordos de leniência entre órgãos do governo federal e empresas investigadas por ilícitos contra a administração pública. Este é o objetivo de medida provisória assinada nesta sexta-feira (18/12) pela presidenta da República, Dilma Rousseff. A norma aperfeiçoa ações da Advocacia-Geral da União (AGU) para reparação dos danos e no combate à corrupção.

Segundo a presidenta Dilma, a aplicação imediata da medida provisória evita prejuízos à economia e à sociedade por manter as empresas investigadas em funcionamento. "É de interesse do governo e de toda a sociedade punir os agentes públicos e privados envolvidos em corrupção. Nossa tarefa é garantir reparação integral dos danos causados à administração pública e à sociedade sem destruir empresas ou fragilizar a economia. Devemos penalizar os CPFs, os responsáveis pelos atos ilícitos. Isso não significa a destruição de CNPJs", avaliou.

De acordo com a medida provisória, os acordos de leniência poderão ser assinados em conjunto com o Ministério Público Federal, e também no âmbito da legislação de improbidade administrativa, por meio da qual a AGU atua para ressarcir valores desviados. As empresas deverão colaborar com as investigações e adotar regras de transparência.

O advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams, ressalta que o foco é garantir e dar efetividade à investigação e que o acordo não seja firmado de forma isolada, mas como solução de Estado, em que todos os órgãos participem do processo de busca e reparação. "O objetivo em, última análise, é garantir que, mediante reparação e colaboração efetiva, a empresa possa continuar a existir e manter os empregos", afirmou.

Adams justificou, ainda, que a adoção de uma legislação de combate à corrupção mais ágil por medida provisória atende a uma necessidade de definir um marco regulatório para que se possa destravar esse processo, além de minimizar prejuízos econômicos. O ministro da AGU lembrou que a discussão sobre a atuação penal da legislação continua no Congresso Nacional.

O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão, acrescentou que a medida provisória institui uma coordenação entre a AGU, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para dar segurança jurídica aos acordos de leniência, permitindo, também, que a sociedade acompanhe o trabalho de recuperação do dano à administração pública.

Wilton Castro/AGU

AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil

Enccla anuncia ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para o próximo ano

27/11/2015 - O diretor de prerrogativas da Ajufe, Helder Teixeira de Oliveira, e o desembargador federal do TRF4 Márcio Rocha representaram a Associação na XIII Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada, de 23 a 26 de novembro, em Fortaleza (CE). Durante o encontro, os

integrantes da Enccla avaliaram e aprovaram as 15 ações desenvolvidas ao longo de 2015 e definiram a programação para o ano seguinte.

Em 2016, a Ajufe será responsável pela coordenação da Ação 4, que visa elaborar diagnóstico e proposição de aprimoramento do sistema brasileiro de proteção e incentivo ao denunciante e whistleblower. O objetivo dessa ação é aumentar a efetividade do sistema de Justiça por meio de um programa de incentivo e proteção ao cidadão que relatar às autoridades públicas os atos ilícitos, além de prever a proteção e o incentivo à participação da sociedade na apuração de fraudes pública e ofensa a normas legais.

O desembargador Márcio Rocha explica que a proposta de trabalho contempla a realização de simpósios para debater a matéria com os diversos órgãos envolvidos e com a sociedade civil. "O produto final dessa ação coordenada pela Ajufe será a elaboração de um anteprojeto de lei prevendo a criação de programas de Whistleblower no Brasil, conforme as melhores práticas internacionais. Essa proposta também vai atender a uma omissão do Brasil em relação aos compromissos assumidos perante o G20", esclareceu o magistrado.

De acordo com Helder Teixeira, a Ajufe terá uma atuação decisiva numa das mais importantes ações da Enccla para 2016. "Na nossa avaliação, o objetivo principal foi alcançado com a aprovação dessa ação. Ela representa uma das medidas das mais importantes no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, e diversas entidades solicitaram participação neste grupo de trabalho, que estará sob a nossa coordenação", destacou Teixeira. Entre os colaboradores estão o MPF, o CNMP, o TCU, a AGU, a CGU, a Abin, a CVM, a Receita Federal, a Polícia Federal, a ADPF, a ANPR, a AMB e o Itamarati.

Ao todo, a Reunião Plenária da Enccla aprovou 13 propostas de ações para 2016, baseadas em três eixos temáticos: prevenção, detecção e punição. Entre as ações definidas pelos mais de 60 órgãos participantes estão: avaliar a transparência nos poderes Legislativo, Judiciário, nos Ministério Público e nos tribunais de Contas; fomentar a participação social por meio de instrumentos de transparência; diagnosticar e propor melhorias no sistema de proteção e incentivo ao denunciante; aprimorar regras de sigilo bancário e fiscal; entre outros.

Com relação aos resultados alcançados nos últimos 12 meses, destacam-se a definição de padrões mínimos de programas de integridade (compliance) para fins de aplicação da lei anticorrupção, e também a ação que resultou na métrica Enccla de análise de transparência de órgãos públicos. Esse último resultado já será aplicado este ano em todos os municípios. O ranking elaborado pela Estratégia sobre o grau de transparência das entidades será divulgado no dia 9 dezembro.

CGU – Controladoria Geral da União

CGU e MJ lançam agenda de combate à corrupção do Governo Federal

Ações estão consolidadas no site www.todosjuntosconstracorrupcao.gov.br e podem ser acompanhadas por toda a sociedade brasileira

09/12/2015 - Em comemoração ao Dia Internacional contra a Corrupção, nesta quarta-feira (9), a Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com o Ministério da Justiça, lança a Agenda de Combate à Corrupção do Governo Federal. As ações estão reunidas no site www.todosjuntosconstracorrupcao.gov.br e estão relacionadas ao seguinte tripé de atuação: prevenção, detecção e punição. O objetivo é consolidar e dar transparência a todo esforço governamental para o enfrentamento da corrupção no Brasil.

O site, que terá atualização periódica mensal, permite aos cidadãos acompanhar as ações adotadas pelo governo no combate a ilícitos. Cada uma das iniciativas é classificada com um dos seguintes status: em andamento, concluída ou ação permanente. Para a CGU, a corrupção deve ser enfrentada de forma integral, coordenada por toda a

Administração Pública e envolvendo todos os setores da sociedade.

Ao clicar em uma ação, o usuário é remetido a uma página com um breve texto de apresentação, números e detalhes sobre o tema, bem como link para mais informações. Há dados atualizados sobre diversos temas: punição de servidores e empresas, auditoria, fiscalização, recebimento de denúncias, acesso à informação, ações educativas e orientação a gestores, entre outros.

Confira e não deixe de compartilhar a hashtag #TodosJuntosContraCorrupção!

Assessoria de Comunicação CGU

CGU – Controladoria Geral da União

CGU lança sistema que mostra valores de compras feitas pelo Governo Federal

Sociedade poderá saber quanto governo paga por litro da gasolina ou resma de papel. Banco de Preços já é utilizado internamente nos trabalhos de auditoria e fiscalização

09/12/2015 - Como parte das ações comemorativas pelo Dia Internacional contra a Corrupção, celebrado oficialmente nesta quarta-feira (9), a Controladoria-Geral da União (CGU) lança o **Banco de Preços**, um sistema que calcula valores de referência para 42 produtos adquiridos pelo Poder Executivo Federal. A ferramenta vai permitir à sociedade saber, por exemplo, quanto o governo brasileiro paga pelo litro da gasolina ou por uma resma de papel A4.

O sistema, desenvolvido pela equipe do **Observatório da Despesa Pública (ODP)**, unidade vinculada à CGU, era utilizado apenas internamente nos trabalhos de auditoria e fiscalização da Controladoria. A publicação do Banco de Preços no **Portal da Transparência** contribui para o acesso às informações públicas e estímulo ao controle social. O cidadão também poderá baixar os dados (em formato aberto) e fazer os cruzamentos e análises que desejar.

O objetivo do Banco de Preços é promover uma gestão mais efetiva dos recursos públicos, pois a transparência dessas informações proporciona maior acuidade na estimativa de gastos de empresas, entidades e órgãos públicos. Além de contribuir significativamente para o planejamento e elaboração de orçamentos de licitações. O sistema identifica as unidades que realizam compras com preços abaixo da média, sendo possível registrar as melhores práticas no Governo Federal e disseminá-las.

A iniciativa da CGU recebeu, em 2013, o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria de Melhor Sistema de Informações Gerenciais e Geográficas; e, este ano, o Prêmio Chico Ribeiro sobre Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público.

Metodologia

A metodologia desenvolvida pela Controladoria para a criação do Banco de Preços faz uso de técnicas avançadas de estatística, de inteligência artificial e mineração de dados e textos. A pesquisa é baseada em quatro critérios: produto; unidade de medida; período; e localização geográfica. Após selecionar cada critério, a seleção será adicionada automaticamente para sua respectiva lista. Nela, é possível identificar o preço pago por um item unitário, avaliar o desempenho em relação ao preço médio, bem como fazer a comparação entre órgãos.

O cálculo realizado utiliza como base mais de 17 mil preços unitários de empenho, publicados no Portal da Transparência e oriundos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O empenho é o primeiro estágio da execução da despesa pública. Nessa primeira versão do Banco de Preços foram disponibilizados os dados de 2015, mas está em estudo a inclusão de preços praticados em anos anteriores. A CGU também avalia ampliar a lista de produtos e materiais a serem pesquisados.

Combate à corrupção

A transparência dos preços de referência possibilita a identificação de compras com sobrepreço, tornando-se uma

arma eficiente no combate à corrupção. A identificação de valores discrepantes irá chamar a atenção do gestor público para aquela situação. Ele poderá analisar se há fraude, erro de cadastro ou se trata de situação extraordinária, tais como calamidade pública.

Entretanto, devido à grande quantidade de empenhos emitidos, a Controladoria não consegue acompanhar individualmente todos os casos. Por isso, a população também pode ajudar quando tiver suspeita de mau uso dos recursos públicos. Basta registrar a denúncia pelo [e-OUV \(Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal\)](#). Há a opção de informar o nome ou de fazer uma manifestação anônima.

Assessoria de Comunicação CGU

CGU – Controladoria Geral da União

CGU lança novas iniciativas no Dia Internacional Contra a Corrupção

Para marcar a data, Controladoria divulga site de combate à corrupção, sistema de Banco de Preços, guias de integridade e premia boas práticas de gestão pública

09/12/2015 - A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou na manhã desta quarta-feira (9), em Brasília, cerimônia de comemoração pelo Dia Internacional contra a Corrupção. No evento, o ministro-chefe da CGU, Valdir Simão, lançou, em parceria com o Ministério da Justiça, a Agenda de Combate à Corrupção do Governo Federal.

As ações estão reunidas no site Todos Juntos Contra a Corrupção e estão relacionadas ao seguinte tripé de atuação: prevenção, detecção e punição. O objetivo é consolidar e dar transparência a todo esforço governamental para o enfrentamento da corrupção no Brasil.

Na ocasião, o ministro destacou a importância dos mecanismos de combate à corrupção: prevenir, detectar e punir. “A corrupção compromete a efetividade das políticas públicas e o crescimento econômico e social. Por isso, é necessário enfrentá-la diariamente”, ressaltou.

Foi lançado, também, o Banco de Preços, sistema capaz de calcular valores de referência para produtos adquiridos pelo Poder Executivo Federal. A ferramenta será disponibilizada no Portal da Transparência e irá proporcionar maior precisão na estimativa de gastos de empresas, entidades e órgãos públicos.

Ainda no evento, foram divulgados o “Guia de Integridade das Empresas Estatais” e o “Guia de Integridade Pública: orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. As publicações explicam o programa de compliance, presente na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), e trazem normas que podem auxiliar na construção ou aperfeiçoamento de instrumentos destinados à prevenção, detecção e remediação de atos lesivos ao poder público nacional e estrangeiro.

A programação do evento inclui a premiação do III Concurso de Boas Práticas, promovido pela CGU, que visa estimular, reconhecer e premiar propostas do Poder Executivo Federal que contribuem para a melhoria da gestão pública. As iniciativas, desenvolvidas por equipes do próprio governo, buscam fortalecer os controles internos; promover transparência; aprimorar apurações disciplinares, entre outras melhorias.

Estados

As Unidades Regionais da CGU nos estados realizam ações simultâneas para comemorar o Dia Internacional. As atividades ocorrem durante toda a semana e envolvem palestras, debates acadêmicos e mesas redondas sobre combate à corrupção, além de caminhadas, mobilização para o controle social e apresentações artísticas.

Assessoria de Comunicação CGU

CGU e Ministério da Educação firmam parceria para ampliar atuação do programa “Um por Todos e Todos por Um!”

Público-alvo são estudantes do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental de escolas públicas do país

07/11/2015 - Nesta segunda-feira (7), a Controladoria-Geral da União (CGU) firma parceria com o Ministério da Educação para ampliar a realização do programa “Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania” em municípios de todo o Brasil. A iniciativa visa disseminar entre crianças valores relacionados à democracia, autoestima, participação social, respeito à diversidade, responsabilidade cidadã e interesse público.

O programa utiliza material elaborado pelo Instituto Maurício de Sousa para a execução das atividades. O público-alvo da parceria são estudantes do 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental matriculados em escolas públicas do país. A realização ocorrerá durante o ano de 2016.

O critério utilizado para seleção dos municípios que receberão o programa foi o Pacto Nacional para Redução de Homicídios. Produzido pelo Ministério da Justiça, o documento faz levantamento dos homicídios dolosos no Brasil. As escolas selecionadas para receber o “Um por Todos e Todos por Um!” estão situadas nos municípios com maior vulnerabilidade.

Pelo acordo, a Controladoria será responsável por apoiar e orientar o desenvolvimento do programa, além de oferecer apoio pedagógico e capacitações. Enquanto o Ministério da Educação deverá selecionar as unidades de ensino, aplicar o material pedagógico, garantir a participação de professores em capacitações, entre outros aspectos.

O acordo de cooperação foi assinado em evento comemorativo do Dia Internacional contra a Corrupção, na Escola de Administração Fazendária (Esaf), em Brasília. Criado em 2009, o programa “Um por Todos e Todos por Um! Pela ética e cidadania” já envolveu 400 mil alunos, 13 mil professores e 1600 escolas.

Assessoria de Comunicação CGU

“Para evitar casos de corrupção, estatais contarão com apoio de guia de integridade”, diz ministro da CGU

Documento será lançado pela CGU em dezembro e reúne orientações sobre como implementar medidas de compliance e evitar a prática de ilícitos

27/11/2015 - O ministro da CGU, Valdir Simão, anunciou, na noite desta quinta-feira (26), que a Controladoria está finalizando a criação de um guia de integridade para as empresas estatais, que reunirá um conjunto de práticas, medidas e políticas necessárias para que a corrupção seja prevenida nessas instituições. A declaração foi dada durante a 13ª reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), em Fortaleza, no Ceará.

Segundo Simão, o guia está sendo construído para orientar as empresas sobre como implementar programas de compliance que sejam efetivos para evitar práticas de corrupção nas relações não apenas com o governo brasileiro, mas também com os estados estrangeiros. O documento deverá ser lançado em 9 de dezembro, quando será

comemorado o Dia Internacional contra a Corrupção.

"Além de prevenir a corrupção, as medidas de integridade também devem ser capazes de detectar rapidamente o ato ilícito, caso ele venha a acontecer, e devem possibilitar ainda que os responsáveis pelas infrações sejam devidamente punidos", declarou o ministro.

O guia das estatais faz parte de uma coleção de quatro guias de integridade. O primeiro deles, lançado pela CGU em setembro, traz informações e orientações às empresas privadas. O segundo, feito em parceria com o Sebrae, também é voltado ao público empresarial, mas com foco específico nas micro e pequenas empresas. Há, ainda, o guia de integridade da administração pública, voltado a órgãos e entidades do governo, que será lançado com o guia das estatais no próximo dia 9.

Enccla
Instituído em 2003, o grupo representa um espaço para a troca de experiências e para o aprimoramento da atuação coordenada do Estado no combate à corrupção e ao crime organizado. A Estratégia é composta por cerca de 60 órgãos (entre eles a Controladoria) dos três poderes, pelos ministérios públicos e pela sociedade civil.

Para definir as propostas que serão executadas em 2016, a Enccla utilizou metodologia de trabalho baseada nos objetivos estratégicos, definidos pela CGU, relacionados aos três pilares necessários para o enfrentamento da corrupção: prevenção, detecção e punição.

O ministro Valdir Simão participou do encerramento da 13ª reunião da Enccla ao lado do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da vice-governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela, entre outras autoridades.

CGU – Controladoria Geral da União

Ministro da CGU destaca ações de controle e integridade em evento da Enccla

Em Fortaleza (CE), Simão falou sobre a importância do aprimoramento da governança e da gestão de riscos nas instituições

27/11/2015 - "O aprimoramento da governança e da gestão de riscos nas instituições são mecanismos fundamentais para que a prevenção da corrupção seja realidade", defendeu o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Valdir Simão, nesta quinta-feira (26), em Fortaleza, no Ceará.

Para o ministro, o controle exercido para evitar os atos de corrupção não pode ser departamentalizado. "O controle é um exercício diário, que começa no detentor dos riscos, o gestor, passa pelos mecanismos de integridade, compliance e segurança da informação, e se materializa, por fim, na auditoria, que deve servir para testar as falhas e identificar as necessidades de aprimoramento da gestão", destacou Simão.

As declarações foram feitas durante a 13ª reunião da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada entre os dias 23 e 26, na capital cearense. Durante quatro dias, os participantes avaliaram as ações realizadas pela Enccla em 2015 e definiram as propostas que serão executadas em 2016.

Para definir as propostas que serão executadas em 2016, a Enccla utilizou metodologia de trabalho baseada nos objetivos estratégicos, definidos pela CGU, relacionados aos três pilares necessários para o enfrentamento da corrupção: prevenção, detecção e punição.

O ministro Valdir Simão participou do encerramento da 13ª reunião da Enccla ao lado do ministro da Justiça, José

Eduardo Cardozo, e da vice-governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela, entre outras autoridades.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Força institucional do CNJ impulsiona ações com múltiplos atores

16/12/2015 - Em seus dez anos de existência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem buscando parcerias dentro e fora do Judiciário para garantir a efetividade de ações e projetos para a melhoria da prestação de Justiça. A intensificação da atuação institucional do órgão para a convergência de forças com diferentes setores da sociedade é uma das diretrizes da gestão do presidente Ricardo Lewandowski para o biênio 2015/2016, manifestada no segundo inciso da Portaria n. 16/2015.

Parcerias com tribunais e outros atores do sistema de Justiça, como Ministério Público, Defensoria Pública e polícias, além de órgãos do Executivo nacional e nos estados, têm sido essenciais para a efetivação de diversos projetos desenvolvidos pelo CNJ na área de política criminal e carcerária. O Ministério da Justiça, por exemplo, tem contribuído para o sucesso do projeto Audiências de Custódia por meio do fornecimento de tornozeleiras eletrônicas para evitar o encarceramento desnecessário, um dos objetivos do projeto. Já órgãos como Ministério Público e Defensoria Pública são importantes para apuração de relatos de tortura sofrida pelos presos.

O êxito do projeto para a área criminal resultou em projeção internacional do CNJ durante apresentação da metodologia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O organismo da Organização dos Estados Americanos (OEA) demonstrou interesse em replicar o modelo em estados membros interessados, além de ter fechado acordo para cooperação em Direitos Humanos. A iniciativa do CNJ também mereceu atenção de representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Human Rights Watch.

No projeto Cidadania nos Presídios, desenvolvido pelo CNJ e atualmente em fase piloto no Espírito Santo, a interação do CNJ com organismos estatais e sociais é fundamental para incentivar ações para a reintegração do egresso à sociedade. Outro projeto em desenvolvimento no CNJ, este voltado para a área de saúde no sistema penitenciário, está sendo trabalhado de forma conjunta com o Ministério da Saúde e de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Múltiplo - É por meio do diálogo institucional com múltiplos atores que o CNJ segue colaborando com a administração de Justiça em diversas frentes, seja em estruturas próprias ou colegiados intersetoriais. É o caso do Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec), Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas ao Tráfico de Pessoas, Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla) e Estratégia Nacional de Segurança Pública (Enasp), entre outros.

Além de constantes tratativas com o Executivo para o fomento à desjudicialização, o presidente do CNJ e representantes da equipe econômica do governo anunciaram recentemente política de aceleração de cobrança de ações envolvendo a Dívida Ativa da União. Entre as medidas em estudo estão a promoção de mutirões de mediação e de conciliação e a melhoria de ferramentas de internet para que os devedores possam saldar os débitos com mais facilidade. Além das vantagens para os cofres públicos, o projeto deve colaborar para desafogar o Judiciário, uma vez que as execuções fiscais são responsáveis pelo maior gargalo do Judiciário em estoque de processos.

O CNJ ainda tem dialogado com o Legislativo para a aprovação de normas de interesse do Judiciário, como ocorreu com o novo Código de Processo Civil (CPC) e a Lei de Mediação. A ação também passa por questões extrajudiciais, como é o caso de nota técnica aprovada pelo plenário do CNJ pela rejeição de propostas de emenda à Constituição que visam efetivar interinos de cartórios que não passaram por concursos públicos. O CNJ também apoia a edição de lei para regulamentação das audiências de custódia, já reconhecidas, inclusive, em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na área tecnológica, o CNJ está em constante diálogo com diferentes órgãos de Justiça para viabilizar a infraestrutura adequada ao funcionamento do Poder Judiciário. É o caso do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), desenvolvido com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e o Escritório Digital, parceria do CNJ com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O incentivo à comunicação e ao compartilhamento de informações processuais entre os órgãos do Judiciário, cujo maior expoente é o Processo Judicial Eletrônico (PJe), é outra das diretrizes da atual gestão do CNJ (inciso V da Portaria 16/2015).

Uma das motivações para fomentar esse compartilhamento, segundo o mesmo inciso da Portaria 16, é o aperfeiçoamento dos filtros da repercussão geral e dos recursos repetitivos e seus diagnósticos. Essa preocupação levou a presidência do CNJ a constituir grupo de trabalho integrado por magistrados de diversos ramos de Justiça para apresentar proposta de resolução para a criação dos centros de inteligência e monitoramento de demandas de massa nos tribunais brasileiros. A proposta foi concluída recentemente e agora passará pela presidência antes de ser levada a Plenário.

Deborah Zampier - Agência CNJ de Notícias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Enccla mapeará bases de dados para combater corrupção

03/12/2015 - As cerca de 60 entidades que compõem a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) decidiram que serão mapeados todos os sistemas de informação e bases de dados que ajudem a prevenir e combater esses dois tipos de crime no país. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) integrará o grupo de entidades que realizará o esforço conjunto ao longo do próximo ano, de acordo com o conselheiro Arnaldo Hossepian, que esteve na reunião ocorrida em Fortaleza (CE) entre os dias 23 e 26 de novembro, juntamente com o conselheiro Fernando Mattos. Ambos representam o CNJ na ação estratégica.

“A Ação vai ao encontro da meta que o Poder Judiciário estabeleceu para o próximo ano, que é priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa. A proposta da chamada Meta 4 é aumentar a transparência na administração pública e possibilitar um diagnóstico mais preciso de como são tratados na Justiça esses crimes que produzem dano efetivo ao erário público”, afirmou o conselheiro Arnaldo Hossepian. A Meta 4 foi aprovada no 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ em Brasília, nos dias 24 e 25 de novembro último, e abrange o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Justiça Federal, a Justiça Estadual e a Justiça Militar da União e a dos Estados.

A ação da Enccla prevê ainda que o mapeamento das informações sobre corrupção e lavagem de dinheiro que se encontram sistematizadas será realizado por órgãos dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Os resultados obtidos serão divulgados e compartilhados, sempre que possível, mediante a interoperabilidade entre os diversos sistemas que abrigam essas informações. A ação integra o objetivo estratégico de aumentar a efetividade do Sistema de Justiça, alinhada a dois dos três eixos estabelecidos pela Enccla – detecção e punição, além do eixo prevenção.

Ao todo 13 ações foram aprovadas pelos participantes da reunião plenária da Enccla. Algumas das outras metas incluem avaliar a transparência nos três poderes, fomentar a implantação e o funcionamento efetivo dos mecanismos de controle interno nas esferas municipal e estadual e aprimorar o compartilhamento de informações sobre os sigilos bancário e fiscal entre órgãos de fiscalização.

Aumentar a efetividade do sistema preventivo de lavagem de dinheiro e da corrupção; ampliar a transparência pública e a participação social; fortalecer os instrumentos de governança, de integridade e de controle na Administração Pública; além de aumentar a efetividade do sistema de Justiça estão entre os objetivos estratégicos no quais os

integrantes da Enccla basearão sua atuação em 2016.

Histórico – A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro foi criada em 2003 para articular as ações dos diferentes órgãos públicos na fiscalização e no controle para aperfeiçoar a prevenção e o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. A instituição do Decreto Presidencial que instituiu o Sistema de Informações de Registro Civil (SIRC), em junho de 2014, é resultado direto do trabalho do CNJ e outros órgãos parceiros na Enccla.

*Manuel Carlos Montenegro
Agência CNJ de Notícias*

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Conselheiros representarão CNJ na Plenária Anual da Enccla

19/11/2015 - Os conselheiros Arnaldo Hossepian e Fernando Mattos representarão o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que começará na próxima segunda-feira (23/11), em Fortaleza (CE). Na reunião serão apresentados os resultados das ações desenvolvidas ao longo do ano pelas entidades que integram a Enccla. Também serão avaliadas e aprovadas novas ações para o ano seguinte. Participarão do evento 55 instituições que integram a Enccla, além de representantes de cinco entidades da sociedade civil.

Em 2015, o CNJ coordenou a Ação 15 da Enccla, que teve como objetivo facilitar a coleta permanente de informações sobre processos relacionados a corrupção e lavagem de dinheiro. A ação resultou na redação da minuta de uma Resolução do CNJ que prevê a criação do Módulo de Questionários do Sistema de Estatísticas do Judiciário. A apresentação e a avaliação dos relatórios de acompanhamento dessa e das demais 14 ações desenvolvidas ao longo do ano serão as primeiras atividades do evento, que começará às 19 horas.

Durante a plenária final do encontro, na noite de quinta-feira (26/11) serão apreciadas as propostas de metas para o próximo ano. Os representantes do CNJ vão sugerir uma ação para monitorar o cumprimento da Meta 4, como é chamado o compromisso que os tribunais das Justiças Estadual, Federal, Militar da União e dos Estados e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) assumiram para priorizar o julgamento das ações relativas à corrupção e improbidade administrativa. O foco da ação serão os tribunais com índice de cumprimento da meta inferior a 55%. A ação também prevê a identificação das dificuldades dos órgãos em cumprir a meta. Dessa maneira será possível propor meios para aumentar o número de casos de corrupção julgados.

Os representantes do CNJ na Enccla participarão apenas das atividades de quinta-feira (26/11), último dia do evento, uma vez que até a noite de quarta-feira (25/11) estarão em Brasília participando do 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Os conselheiros Arnaldo Hossepian e Fernando Mattos foram nomeados para representar o Conselho na Enccla pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, em substituição à conselheira Luiza Frischeisen, cujo mandato terminou no fim de outubro.

Histórico – Criada em 2003, a Enccla articula atualmente o esforço conjunto de cerca de 60 órgãos dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – no desenvolvimento de ações de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Cada ação aprovada pela plenária da Enccla é coordenada por uma instituição, que é auxiliada pelos demais integrantes da Enccla com atuação relacionada ao objeto da ação.

Manuel Carlos Montenegro - Agência CNJ de Notícias

Conselheiro debate combate à corrupção em congresso dos Tribunais de Contas

03/12/2015 - O conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e coordenador do Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC), Fábio George Cruz da Nóbrega (foto), abordou a experiência da atuação dos fóruns no combate à corrupção durante o XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil. A participação ocorreu nessa quarta-feira, 2 de dezembro, em Recife-PE.

Fábio George Cruz da Nóbrega compôs a mesa-redonda “O Controle em Rede no Combate à Corrupção”. Na ocasião, defendeu o trabalho em rede entre os órgãos de controle e a sociedade civil para combater a “cultura da corrupção”.

Segundo o conselheiro, todo ano o Brasil perde cerca de 2,3% do seu PIB em função da corrupção, o que representa aproximadamente 120 bilhões de reais. Esse é o motivo, segundo o conselheiro, pelo qual o país não consegue significativos avanços no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apesar de ser a oitava maior economia do mundo. “A corrupção institucional contamina o tecido social do país. A população descredita na democracia. De acordo com um levantamento do Latinobarômetro, apenas 45% da população não abriria mão do regime democrático”, afirmou ele.

Fábio George Cruz da Nóbrega citou ainda a recente pesquisa do Datafolha que aponta que, para 34% da população, a corrupção é o problema mais sério do país. “A sociedade espera que nós arregacemos as mangas para combater à corrupção”, completou. Ele defendeu uma mudança no paradigma de atuação em rede para que haja mais participação da população.

Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC)

O FNCC, constituído por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 101/2015, tem a missão de articular a atuação de todo o Ministério Público brasileiro na prevenção e repressão aos atos de corrupção.

Com o propósito de integrar os trabalhos a serem realizados no âmbito do FNCC e contribuir nas discussões e ações a serem desenvolvidas, o evento conta com a participação de membros dos diferentes ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, além de representantes da Controladoria Geral da União (CGU), do Ministério da Educação (MEC), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), de organizações da sociedade civil e de entidades de classe ligadas ao MP.

O fórum pretende, entre outros propósitos, fomentar a integração do MP com órgãos públicos e entidades da sociedade civil essenciais ao combate à corrupção; promover estudos, coordenar atividades e sugerir políticas, normas e padrões para o aperfeiçoamento da atuação do MP em relação ao tema; estabelecer articulação institucional com o Sistema de Justiça; e propor ao Plenário do CNMP medidas normativas, ações e projetos, de âmbito nacional ou regional, voltados à consecução de seus objetivos.

Com informações e foto do Blog do Congresso dos TCs do Brasil.

Rede-LAB expande sua metodologia para DPU, PGU, PGFN e TCU

Brasília, 17/12/15 - A Secretaria Nacional de Justiça (SNJ) do Ministério da Justiça assinou acordos de cooperação, nesta quinta-feira (17), com órgãos federais para fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-LAB). A partir de agora, passam a integrar a Rede-LAB a Defensoria Pública da União (DPU), a Procuradoria Geral da União (PGU), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Tribunal de Contas da União (TCU).

Assim, a mesma metodologia amplamente utilizada para apoio a investigações que envolvam a análise de dados financeiros para a detecção de prática da lavagem de dinheiro e corrupção será expandida para auxiliar a produção de informações estratégicas, com foco na agregação de valor à produção de provas e análise de casos de alta complexidade envolvendo grandes massas de dados.

O Ministério da Justiça irá garantir a capacitação dos agentes públicos para atuar com a metodologia da Rede-LAB. Os novos laboratórios, instalados pelos órgãos parceiros, também auxiliarão na fiscalização de contas, recuperação de ativos e recuperação do crédito público inscrito na dívida pública da União. O laboratório da DPU auxiliará também na cooperação com instituições parceiras em ações relativas ao enfrentamento do tráfico internacional de pessoas e à erradicação do trabalho escravo.

O LAB-LD surgiu como resultado de uma das ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com o intuito de apoiar e aprimorar as investigações das autoridades públicas. A primeira unidade foi instalada no Ministério da Justiça, em 2007, sob coordenação do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ). Como o projeto foi bem sucedido, o Ministério da Justiça iniciou, em 2009, a replicação do modelo para outros órgãos estaduais e Federais.

Integrarão a Rede-LAB, a partir desta quinta-feira (17), 49 laboratórios distribuídos por todo o território brasileiro. Sua principal característica é o compartilhamento de experiências, técnicas e soluções voltadas para a análise de dados financeiros, e, também, para a detecção da prática da lavagem de dinheiro, corrupção e crimes relacionados. Com um investimento total de R\$ 41,2 milhões, já foram identificados cerca de R\$ 30 bilhões com indícios de ilicitude em quase quatro mil análises realizadas.

Participaram da assinatura dos acordos o secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, pelo Ministério da Justiça, o procurador-geral da Fazenda Nacional, Paulo Roberto Riscado Junior, o defensor público-geral Federal, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, o procurador-geral da União, Paulo Henrique Kuhn e o secretário-geral de Controle Externo do TCU, Rainério Rodrigues Leite.

Assistência Jurídica no Exterior

Durante a cerimônia, também foi assinada Portaria Conjunta entre o MJ e a DPU para uniformizar o trâmite dos pedidos de assistência jurídica gratuita, no âmbito da cooperação jurídica internacional. O instrumento facilitará o trabalho dos órgãos, pois define os procedimentos que cada um deve adotar para tramitar os pedidos de assistência jurídica gratuita, tanto de brasileiros necessitando de auxílio jurídico no exterior, quanto de estrangeiros que solicitam assistência no Brasil. O MJ e a DPU promoverão também ações de orientação e capacitação para divulgar as melhores práticas em matéria de cooperação jurídica internacional para fins de acesso internacional à justiça.

Ministério da Justiça

www.justica.gov.br

imprensa@mj.gov.br - (61) 2025-3135/3315/3928

MJ e CGU lançam novas iniciativas de combate à corrupção

No Dia Internacional Contra a Corrupção, governo federal lança conjunto de ações relacionadas à prevenção, detecção e punição

Brasília, 9/12/15 - Na manhã desta quarta-feira (9), o Ministério da Justiça e a Controladoria-Geral da União (CGU) lançaram, em parceria, o site Todos Juntos Contra a Corrupção, que contém a Agenda de Combate à Corrupção do governo. A cerimônia marcou o dia de comemoração pelo Dia Internacional contra a Corrupção e contou com a participação do ministro-chefe da CGU, Valdir Simão, do secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, e do diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello.

As ações apresentadas estão divididas no seguinte tripé de atuação: prevenção, detecção e punição. O objetivo é consolidar e dar transparência a todo esforço governamental para o enfrentamento da corrupção no Brasil.

Na ocasião, o ministro Valdir Simão destacou a importância dos mecanismos de combate à corrupção: prevenir, detectar e punir. “A corrupção compromete a efetividade das políticas públicas e o crescimento econômico e social. Por isso, é necessário enfrentá-la diariamente”, ressaltou.

Para Vasconcelos, as iniciativas apresentadas nesse dia são um passo importante para a consolidação do trabalho de combate à corrupção que já vem sendo feito. “O Brasil vem desenvolvendo, na última década, de forma consistente, ações de combate à corrupção. As instituições estão mais fortes, qualificadas e independentes. O governo vem investindo em transparência e acesso à informação e alterando as estruturas normativas. Outras iniciativas, como a criação da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), têm propiciado a atuação coordenada e articulada entre órgãos do poderes públicos federal, estadual e municipal. A elaboração desta agenda reflete os desafios futuros: ampliar as ações de transparência e o envolvimento da sociedade, reforçar os programas de integridade nas empresas (*compliance*), incrementar a parceria entre setor público e privado, fomentar o uso de novas tecnologia em mineração de dados e análise de big data e, sobretudo, consolidar as ações de inclusão dos temas de ética e cidadania no sistema educacional brasileiro”.

Foi lançado, também, o Banco de Preços, sistema capaz de calcular valores de referência para produtos adquiridos pelo Poder Executivo Federal. A ferramenta será disponibilizada no Portal da Transparência e irá proporcionar maior precisão na estimativa de gastos de empresas, entidades e órgãos públicos.

Ainda no evento, foram divulgados o “Guia de Integridade das Empresas Estatais” e o “Guia de Integridade Pública: orientações para a administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. As publicações explicam o programa de *compliance*, presente na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013), e trazem normas que podem auxiliar na construção ou aperfeiçoamento de instrumentos destinados à prevenção, detecção e remediação de atos lesivos ao poder público nacional e estrangeiro.

A programação do evento incluiu a premiação do III Concurso de Boas Práticas, promovido pela CGU, que visa a estimular, reconhecer e premiar propostas do Poder Executivo Federal que contribuem para a melhoria da gestão pública. As iniciativas, desenvolvidas por equipes do próprio governo, buscam fortalecer os controles internos, promover transparência e aprimorar apurações disciplinares, entre outras melhorias.

Com informações da CGU

imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

MJ - Ministério da Justiça

Sociedade civil e órgãos regionais ganham espaço nas discussões da Enccla

Fortaleza, 27/11/15 – Em 2015, os mais de 60 órgãos públicos de expressão nacional que se reúnem desde 2003 para discutir e implementar ações de combate a crimes contra o Estado decidiram inserir novos participantes nos debates. Pela primeira vez, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) articulou um canal de comunicação com a sociedade civil, e também com grupos de órgãos públicos que combatem esses crimes contra o Estado nas esferas regionais, os chamados ‘Encclinhas’.

Ao longo do ano foram realizadas diversas reuniões com representantes da sociedade civil, como Transparência Brasil, Transparência Internacional, Instituto Ethos, ONG Contas Abertas e Associação Amigos de Ribeirão Bonito (Amarribo), pioneira em combate à corrupção no País.

O secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ), que coordena os trabalhos da Enccla, explica que essa abertura trouxe mais subsídios e conhecimento para a implementação das ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Outra novidade em 2015 foram as reuniões com representantes iniciativas estaduais de articulação dos órgãos públicos no combate à corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo Vasconcelos, quando a Enccla foi formada, ela induziu um processo importante nos estados, que começaram a replicar as mesmas iniciativas, fazendo planos regionais e discutindo prevenção à corrupção e à lavagem de dinheiro nos estados e municípios. “As três esferas e os três poderes compartilhando experiências num só ambiente de trabalho, sem dúvida, é um grande avanço para o País”, destacou.

A coordenadora da ONG Contas Aberta, Dyelle Menezes, disse ser de extrema importância inserir a sociedade nas discussões sobre as ações que podem ser tomadas pelos órgãos público a fim de combater crimes que lesam não só o estado, mas também os cidadãos. Ela destacou que a parceria com a Enccla deve e precisa avançar de agora em diante.

Representante da organização Transparência Internacional, Fabiano Angélico, ressaltou que a Enccla é uma iniciativa louvável e não muito comum em outros em outros países. “O Brasil está dando um bom exemplo. Trabalhar de forma isolada para combater esses crimes não parece ser muito eficiente”, afirmou. Angélico também acredita que o trabalho conjunto entre órgãos governamentais e da sociedade civil deve seguir a diante e dividir o mesmo na definição de medidas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Ministério da Justiça
[facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
[flickr.com/JusticaGovbr](https://www.flickr.com/photos/JusticaGovbr)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

MJ - Ministério da Justiça

Ceará ganha primeiro Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

Fortaleza, 27/11/15 - O estado do Ceará inaugurou, nesta sexta-feira (27), seu primeiro Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro. A unidade irá funcionar na Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas da Polícia Civil. A

cerimônia de entrega dos equipamentos contou com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, da secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, e do governador do Ceará, Camilo Santana.

Os equipamentos dessa unidade possuem metodologia de combate das organizações criminosas que lavam dinheiro por meio de ações criminosas, como tráfico de drogas e corrupção. Os agentes públicos do estado agora estão aptos a trabalhar na identificação, rastreamento e recuperação de recursos, possibilitando assim, o bloqueio de bens e contas bancária de suspeitos.

O ministro da Justiça disse que o LAB-LD atua para asfixiar financeiramente as organizações criminosas. “A modernidade é uma peça-chave no combate a esse tipo de ação”, ressaltou.

O governador Santana informou que o estado recebeu investimento de quase dois milhões do Governo Federal, com softwares avançados para o combate do crime organizado. “É preciso cada vez mais equipar a nossa polícia com inteligência, equipamentos modernos. Há tecnologia, mão de obra capacitada e vai ser muito útil, respeitando as leis de sigilo da polícia”, declarou.

Durante o evento, Santana entregou uma medalha do Mérito Policial Civil ao ministro José Eduardo Cardozo.

O trabalho do LAB-LD é interligado com outras unidades existentes no Brasil, integrantes da Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (Rede-LAB). O investimento do Governo Federal é de R\$ 1.697.717,80 em equipamentos, sem contar os treinamentos de capacitação para os policiais cearenses. O Governo do Ceará dotou o espaço da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas e cedeu o efetivo para atuar na nova unidade.

A instalação do laboratório é uma das principais ações da 13ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), realizada pelo MJ em Fortaleza desde segunda-feira (23) até quinta-feira (26). Instituída em 2003, a Enccla é composta por mais de 60 órgãos dos três Poderes, dos ministérios públicos e pela sociedade civil.

Ministério da Justiça
facebook.com/JusticaGovBr
flickr.com/JusticaGovbr
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

MJ - Ministério da Justiça

Enccla anuncia ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro para 2016

Fortaleza, 26/11/15 – A XIII Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) anunciou, nesta quinta-feira (26), em Fortaleza, as 13 ações propostas para o enfrentamento desses crimes em 2016. O plano se baseia em três eixos: prevenção, detecção e punição.

Entre as ações definidas pelos mais de 60 órgãos que atuam coordenadamente no combate aos crimes contra o Estado estão avaliar a transparência nos poderes Legislativo, Judiciário, nos Ministério Público e nos tribunais de Contas; fomentar a participação social por meio de instrumentos de transparência; diagnosticar e propor melhorias no sistema de proteção e incentivo ao denunciante; aprimorar regras de sigilo bancário e fiscal; entre outros.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disse que, nos últimos 13 anos, muitas coisas foram feitas no Brasil por

causa da Enccla. Ele citou leis que possibilitam que a corrupção seja descoberta, investigada e punida. “Posso dar muitos exemplos. Um deles está bem claro para todos os brasileiros, que é a que lei disciplina a delação premiada. Ela foi feita durante o governo da presidente Dilma Rousseff, e hoje permite que investigadores possam avançar em investigações e punir aqueles que praticam atos ilícitos”, ressaltou Cardozo. O ministro citou ainda o fortalecimento da Controladoria-Geral da União (CGU), a autonomia de investigação da Polícia Federal e do Ministério Público.

Para o ministro da CGU, Valdir Simão, o controle interno, bastante discutido e aplicado pela Estratégia ao longo dos últimos anos, é uma ferramenta importante de combate à corrupção. “Ele precisa estar presente em todo ato de gestão. Todo gestor público precisa identificar quais são os riscos inerentes às suas atividades, à prática de corrupção, e com isso garantir medidas de mitigação para esses riscos”, frisou Simão.

Nos últimos quatro dias, os integrantes da Enccla estiveram reunidos na capital cearense para avaliar os trabalhos desenvolvidos ao longo de 2015 e definir a programação do ano seguinte.

Entre os resultados alcançados nos últimos 12 meses destacam-se a definição de padrões mínimos de programas de integridade (compliance) para fins de aplicação da lei anticorrupção, e também a ação que resultou na métrica Enccla de análise de transparência de órgãos públicos. Esse último resultado já será aplicado este ano em todos os municípios. O ranking elaborado pela Estratégia sobre o grau de transparência das entidades será divulgado no dia 9 dezembro.

Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro

Durante a Plenária da Enccla, foram assinados três acordos que tem por objeto a cooperação técnica entre o Ministério da Justiça e outros órgãos para implantação de Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro. Um deles no Ministério Público do Estado do Ceará, o LAB-LD MPCE, outro no Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e um terceiro que irá funcionar no Departamento de Polícia Federal em Brasília e servirá como centro de capacitação para agentes e servidores públicos de todo o País.

Ministério da Justiça
facebook.com/JusticaGovBr
flickr.com/JusticaGovbr
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

MJ - Ministério da Justiça

Relatório da Enccla aponta avanços no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Os temas abordados no primeiro dia do evento giraram em torno das ações desenvolvidas ao longo do ano de 2015

Fortaleza, 24/11/15 - Começou nesta segunda-feira (23), em Fortaleza (CE), a 13ª Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). O primeiro dia do evento foi dedicado à aprovação do relatório apresentado pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) sobre ações desenvolvidas ao longo do ano de 2015. O documento foi aprovado em consenso por mais de 60 órgãos dos três Poderes, dos Ministérios Públicos e da sociedade civil.

O secretário Nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, destacou que em 2015 a Enccla avançou nas metas estipuladas pelo grupo no ano passado. Entre elas está aquela destinada a estabelecer os padrões mínimos de programas de integridade (compliance) para fins de aplicação da lei anticorrupção, e também a ação que resultou da métrica Enccla de análise de transparência de órgãos públicos. Esse último resultado já será aplicado este ano em todos os municípios. O ranking

elaborado pela Estratégia sobre o grau de transparência das entidades será divulgado no dia 9 dezembro.

“O combate à corrupção e à lavagem de dinheiro se faz de três maneiras: de forma estruturante, capazes de mudar as instituições e as leis; de forma contínua, com as instituições permanentemente atentas ao aperfeiçoamento; e de forma articulada, atuando em conjunto, como vem acontecendo por meio da Enccla nesses últimos 13 anos”, ressaltou.

Outras 15 novas ações começam a ser discutidas a partir desta terça-feira (24). O plano do ano seguinte será divulgado na quinta-feira (26), quando se encerra o evento e dá-se início às novas metas para combate à corrupção e à lavagem de dinheiro em 2016.

Ministério da Justiça
facebook.com/JusticaGovBr
flickr.com/JusticaGovbr
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

PGR – Procuradoria-Geral da República

MPF apresenta resultados de atuação no Dia Internacional contra a Corrupção

09/12/2015 - O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, destacou, nesta terça-feira, 10 de novembro, a importância do aprofundamento da cooperação internacional na luta contra o terrorismo. A manifestação foi feita em discurso durante a 7ª Conferência Regional do Leste Europeu e Ásia Central da Associação Internacional de Procuradores. O evento acontece entre 10 e 11 de novembro, em Sochi, na Rússia. Janot também participa, no país, do encontro dos procuradores-gerais dos Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

“Ao lado da necessidade de normatização interna no Brasil, faz-se mister o aprofundamento da cooperação internacional, unindo os esforços dos Estados soberanos no incremento da luta antiterrorista, sem menosprezo aos direitos fundamentais e ao devido processo legal”, afirmou Janot. Segundo o procurador-geral, por ostentarem características aparentemente lícitas, o enrijecimento do controle de recursos de origem não identificada é fundamental para dificultar o financiamento dos núcleos terroristas.

Na ocasião, Janot estimulou o uso de ferramentas tecnológicas para o rastreamento de fluxos de capitais. Em seu discurso, o PGR informou que o Brasil tem utilizado com sucesso softwares para rastrear dinheiro fruto da corrupção, de crimes financeiros e de lavagem de capitais. É o caso do Sistema de Movimentações Bancárias (Simba) desenvolvido pelo próprio Ministério Público Federal e disponibilizado a outros órgãos que atuam na área de investigação.

Brasil – Segundo Janot, o Brasil não conhece episódios atuais de terrorismo ou de extremismo em seu território, embora se suponha a existência de práticas quase-terroristas empregadas por organizações criminosas especializadas no tráfico de drogas, como de cocaína e maconha. “Poderíamos chamar a isso de narcoterrorismo”, afirmou Janot. A Constituição da República do Brasil de 1988 considera o terrorismo um crime inafiançável e insuscetível de graça, anistia e indulto, sendo equiparado a crime hediondo, isto é, àqueles delitos que merecem tratamento penal mais rigoroso da legislação brasileira.

Embora de fato não exista registro de atentado terrorista em território brasileiro há mais de trinta anos – isto é, desde 1980, quando ocorreu o atentado contra a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro; ou desde 1981, no caso RioCentro, com episódios de terrorismo de Estado ou de extremismo político –, o Brasil recebeu pedidos

de assistência internacional para apuração de atentados ocorridos na Argentina.

Os pedidos, segundo o PGR, referem-se ao atentado ocorrido em 1994, na Associação Mutual Israelense Argentina (Amia), que resultou na morte de 85 pessoas. Supõe-se que alguns dos responsáveis pelo ataque operaram também a partir do Brasil, na região da chamada Tríplice Fronteira. O procurador-geral lembrou ainda que a realização da Copa do Mundo de 2014 e a proximidade das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro, foram fatores que elevaram a compreensão da sociedade brasileira quanto à importância de regular o tema em bases normativas.

Legislação - Como membro do Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), o Brasil vinha sendo pressionado a cumprir as recomendações quanto à criminalização do terrorismo e seu financiamento, assim como a institucionalizar legislação para implementação das obrigações decorrentes das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para bloqueio de ativos relacionados a entes terroristas.

O MPF sempre integra a delegação brasileira às reuniões plenárias do Gafi. Em abril deste ano, o procurador-geral informou que recebeu a visita de uma comissão de alto nível do Conselho de Segurança, que esteve com diversas autoridades da República para revelar a preocupação do grupo com a falta de leis antiterrorismo no Brasil.

Como resultado, os legisladores se movimentaram para discutir e aprovar dois importantes projetos. O primeiro - convertido na Lei 13.170, de 16 de outubro de 2015, em vigor a partir de janeiro de 2016 - criou a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho. Segundo o artigo 1º da Lei 13.170, suas disposições poderão ser usadas para atender a demandas de cooperação jurídica internacional de outras jurisdições. Com base no artigo 8º, poderá ser decretado o confisco definitivo dos bens, valores e direitos em virtude de decisão condenatória definitiva em processo nacional ou estrangeiro.

O outro é o projeto de lei 2016/2015, que criminaliza o terrorismo, seu financiamento, o recrutamento de terroristas, a apologia a esses crimes e a formação de organizações terroristas. Atualmente em fase final de votação na Câmara dos Deputados, espera-se que até o fim de 2015 o projeto também se torne lei. Janot explicou que tais crimes serão de competência federal e, portanto, a investigação e o processo caberão ao Ministério Público Federal.

Seminário – Para ampliar a consciência cívica e dos agentes políticos brasileiros quanto à necessidade de criminalizar o terrorismo e seu financiamento, a Procuradoria-Geral da República promoveu, em 2014, em Brasília, um seminário internacional sobre prevenção e repressão ao terrorismo e a situações de emergência. O evento contou com a presença de autoridades de oito países, como Argentina, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Irlanda, Itália e Reino Unido.

Secretaria de Comunicação Social

Procuradoria-Geral da República

(61) 3105-6404/6408

Twitter: MPF_PGR

facebook.com/MPFederal